

ENSINAR, APRENDER, CONVIVER: DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA EM TEMPOS DE ADVERSIDADE

CREMILDA BARRETO COUTO^I

SCHEILA RIBEIRO DE ABREU E SILVA^{II}

^I E-mail: cremildabcouto@gmail.com Doutora em Educação - UFF . Rua Aluizio da Silva Gomes, 50 - Granja do Cavaleiros, Macaé/RJ. Professora - FEMASS/FAFIMA.

^{II} E-mail: abreu.scheila@gmail.com. Mestre em Ciências Sociais – UENF. . Rua Aluizio da Silva Gomes, 50 - Granja dos Cavaleiros, Macaé – RJ. Professora Orientadora Pedagógica – Prefeitura Municipal de Macaé.

INTRODUÇÃO

Diante de um quadro complexo, num tempo que demanda a atuação docente frente a um cenário de mudança e incerteza, lembramos que o país esforçou-se por manter um movimento de diálogo com as instâncias representativas tanto do cenário educacional quanto da sociedade em geral, voltado à construção da Base Nacional Comum Curricular (BCCN) para a Educação Básica, cujo tema Culturas Digitais e Computação foi contemplado.

Como se vê, a inserção das tecnologias da informação e comunicação, enquanto instrumentos obrigatórios de mediação da aprendizagem num referencial curricular, é muito recente no país. Os fatores de sucesso do uso da tecnologia em educação estão voltados ao trabalho de agentes educacionais, sendo a questão da docência considerada como primordial, tendo em conta que não são apenas os dispositivos que podem fazer mudanças em salas de aulas, mas, sim, as ações didáticas e as intervenções pedagógicas ligadas a essas tecnologias.

No entanto, em tempos de pandemia, a rotina escolar é rompida, alterando-se radicalmente o processo de escolarização. Toda a estrutura organizacional escolar é desestruturada, apresentando-se como possibilidade aos sistemas o processo de educação remota. Tal realidade tem exigido uma nova organização escolar, incorporando aspectos que, historicamente, têm sido amplamente discutidos, mas que carecem de uma releitura diante dos desafios que a elaboração e a implementação de uma prática pedagógica virtual exigem, considerando a vivência pedagógica em interação e comunicação, nos ambientes estritamente virtuais e a distância.

Essa realidade suscita reflexões acerca do currículo escolar, conhecimento e aprendizagem, metodologias de ensino a distância, formação docente, resultados escolares, educação fora do ambiente formal de aprendizagem, entre outros. A relação entre a escola e a família, primordialmente, assume o protagonismo neste momento da educação. Entre tantas questões, destacamos algumas que precisam ser tratadas cotidianamente pelos sistemas escolares e pelas unidades de ensino: quais são os estudantes que possuem/não possuem equipamento digital? Quantas horas o estudante está no celular ou outro meio digital estudando? Como as informações estão chegando a esses? Há interação com os docentes? Como as relações educacionais estão se estabelecendo?

O Ministério da Educação, os sistemas e redes de ensino de todo o país veem a necessidade de dar os suportes necessários ao acesso a diferentes tipos de ferramentas como rádio, televisão, mensagens de SMS, plataformas online para orientar os pais sobre como apoiar seus filhos nos estudos. O papel dos pais aparece como um fator primordial neste processo de escolarização. Passam a serem parceiros fundamentais da escola nesse esforço de engajamento dos alunos nas atividades escolares.

Uma questão preocupante é o direcionamento de ações específicas voltadas aos alunos em situação de vulnerabilidade, alunos com necessidade educacional especial ou cuja família pode ter passado por um processo de pauperização em decorrência da crise gerada pela COVID-19. Os impactos negativos da pandemia sobre as crianças e jovens carecem de ser analisados, considerando as indicações e, também, a forma de acompanhamento para o período de crise e de pós-crise, tendo em conta as estratégias a serem implementadas, tanto de busca ativa das crianças e jovens que podem não retornar à escola depois que as atividades forem retomadas, como o resgate do processo de aprendizagem, para que esses estudantes tenham condições de voltar a estudar, garantindo seu direito ao processo de escolaridade.

Diante deste panorama, este texto traz como objetivo pensar o momento atual e sua interferência no campo educacional, assim como propõe-se a apontar para a elaboração de políticas educacionais voltadas a uma educação de qualidade e incluyente.

A proposta é ampliar a compreensão do trabalho na sala de aula e a formação continuada do professor a fim de problematizar as demandas apontadas pela crise causada pelo Covid-19 e para outras questões que se apresentam futuramente para melhoria da escola.

CONTEXTO LEGAL

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, o ensino a distância ganha maior visibilidade e relevância no campo da educação. Apesar de mais utilizada no Ensino Superior, o Programa Nacional de Tecnologia Educacional - PROINFO, inicialmente denominado de Programa Nacional de Informática na Educação, tem como objetivo promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica (portaria nº 522 em 09/04/1997).

O programa levou às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. No balanço de 2019 do Ministério da Educação - MEC, foi apresentado o programa “Educação conectada”, que tem como meta levar o acesso à internet de alta velocidade a 100% das escolas públicas urbanas, com perspectiva também para atendimento às escolas rurais.

Apesar disso, na prática ainda nos deparamos com um abismo entre os que têm acesso às tecnologias para fins educacionais e os que não têm, ou não são estimulados a tal uso. Apesar de discutido com ênfase nos anos 1990 e 2000, não detectamos com frequência trabalho gradativo para a Educação a distância na educação básica. Amparado no Art. 80 da LDB 9394/96 em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada, esta não é uma prática usual nas escolas públicas brasileiras.

De maneira rápida e inesperada, observamos que, juntamente com o Ensino Domiciliar, chega como saída para o fechamento de escolas diante da pandemia do COVID-19 a Educação a distância. A medida provisória 934 de 01 de abril de 2020 retira a obrigatoriedade dos 200 dias letivos e faz uso do artigo 23 da LDB 9394/96 para sua flexibilização. Sem tempo para análises mais aprofundadas, os sistemas e redes de ensino passam a utilizar tais ferramentas com o objetivo de diminuir o prejuízo dos alunos e manter certa “normalidade” para a ausência da escola.

Demarca-se, com fins reflexivos, o uso de uma educação a distância, proposta como complemento e solução – LDB 9394/96, Art 32 § 4º “o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”. Tal questão, em nossa concepção, deve ser objeto de análise e problematização futura.

METODOLOGIAS DE ENSINO COMPLEMENTARES – SALAS DE AULAS VIRTUAIS

Os problemas enfrentados pelo modelo de escola e metodologias utilizadas em sala de aula não são novos, parte deles foram denunciados pelos pioneiros da educação e estudiosos do campo da Didática (LIBÂNEO, 2013; GADOTTI, 2003).

Ainda que com algumas divergências, há certo consenso sobre a necessidade de uso de outras formas para a construção de conhecimento e autonomia do aluno. Muito se fala dos avanços tecnológicos que ainda não adentraram a escola e que provocam nestas até certo distanciamento, tendo em vista o forte interesse atual das crianças e jovens por tais aparelhos eletrônicos não utilizados na escola ou por ela ofertados.

A situação do COVID-19 trouxe à tona a urgência de se revisitar a sala de aula e suas reais possibilidades, bem como a necessidade de ofertar ao professor formação continuada, que o leve à apropriação do uso de tecnologias em sala de aula.

A reflexão acerca das demandas do contexto social, das exigências formativas e a própria função social e educativa da escola conduzem a um inquietante pensamento ao se considerar as práticas que ainda imperavam na escola, que, orientadas por uma concepção estática e compartimentada do conhecimento e da aprendizagem, vêm a ocasionar dois problemas cruciais da escolarização atual: a falta de relevância das aprendizagens escolares para a vida e para o mundo do trabalho complexo, permeado por incertezas, e a competição entre os conhecimentos adquiridos na escola e fora desta (GIMENO, 2001).

O paradigma^{III} educacional virtual, sustentado nos pressupostos da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade, aproxima-se da discussão fundamental acerca da epistemologia do conhecimento. No entanto, tal inserção coloca-se como um movimento de mudança paradigmática, permeada por questões que exigem um processo de investigação e reflexão aprofundado, em que os docentes necessitam agir de maneira reflexiva para a não adoção de recursos de forma acrítica, descontextualizada dos meios e da repercussão social, econômica, política e cultural no qual estão inseridos (BEHRENS, 2006).

A inserção deste paradigma no atual quadro da educação provoca interrogações: o que representa a mudança no modo de educar nas escolas? Incorporar às rotinas pedagógicas e didáticas as novas tecnologias? Qual a visão de conhecimento e aprendizagem que sustenta essa educação em rede, cujo objetivo é favorecer a realização de uma educação integral, sustentada por valores humanizantes, a cooperação e a autonomia? Como a utilização das novas tecnologias se colocam neste processo, considerando que são recursos e não meios de aprendizagem? Como estão sendo feitas as adaptações curriculares para este cenário de educação virtual? E a avaliação do processo?

O desenvolvimento de uma metodologia de ensino complementar, em que a sala de aula virtual é o único recurso possível, pode sim tornar-se um ambiente favorável à aprendizagem significativa, despertando a disposição para o aprender, disponibilizando as informações pertinentes de maneira organizada e, no momento apropriado, promovendo a interiorização de conceitos construídos.

^{III} Compreende-se por paradigma: "as realizações científicas universalmente conhecidas, que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade praticante de uma ciência". (KUHN, 1962, p. 13)

Uma metodologia que compreende num ambiente virtual e a distância, a organização e orientação de atividades, a colaboração coletiva e a comunicação interativa. Enfrentando o desafio de que os estudantes não se dispersem e evadam da escola, a transformação do tempo afastado do espaço físico e da mediação presencial do professor têm mobilizado a comunidade escolar a buscar estabelecer um diálogo contínuo com os estudantes, buscando saber como este está se sentindo nesse processo e como a escola pode melhorar as relações pedagógicas para que ele se sinta contemplado diante das suas necessidades. Este é um fundamental papel desempenhado pelas equipes de Orientação Educacional: a realização de busca ativa sobre a situação dos estudantes.

A relação das crianças e jovens com as tecnologias no processo de aprendizagem escolar carece ainda de investigações. Piaget (1973), em seus estudos acerca da forma de operação do sistema cognitivo no processo de aprendizagem, aponta que, no nível epistemológico, a aprendizagem ocorre num processo de relativização disciplinar por meio de um contato direto do sujeito com o objeto de conhecimento, em expansão cognitiva. Esse é um processo que vai além das fronteiras disciplinares e que demanda questionamentos. Se o modelo de educação vigente é disciplinar e o fato epistêmico é transdisciplinar, como realizar uma educação integral, holística? Caminharíamos para uma integralidade do currículo escolar?

Ressaltam-se aqui a forma, pertinência e estratégias acerca de como os recursos oriundos das tecnologias da informação podem vir a se incorporar às discussões sobre os conhecimentos escolares; os procedimentos e as relações sociais que se situam no cenário em que os conhecimentos se ensinam e se aprendem; sobre as transformações que se deseja realizar tendo em vista os educandos em formação; sobre os valores que deseja trabalhar e sobre as identidades que se pretende vir a construir.

Mudanças na educação são não somente necessárias, são também inevitáveis, entendidas como a expressão de um compromisso decidido e sustentável num determinado tempo histórico, não podendo desconsiderar as conexões entre a educação e a vida social em democracia (ESCUDEIRO, 2002, p.17).

INDICATIVOS PARA A EDUCAÇÃO

Como estratégias pós-crise podemos observar em plano macro a importância de elaboração de políticas públicas que criem igualdade de condições de acesso às ferramentas tecnológicas do máximo de crianças e jovens, tanto em termos de país como de município.

O quadro atual mostra potencialidades de participação dos pais e responsáveis, ampliando assim o comprometimento destes com a escola e com a aprendizagem das crianças e dos jovens. A aproximação com as famílias, para além de atividades festivas ou comemorativas, tem sido perceptível nas relações estreitadas neste tempo de pandemia.

Talvez, seja importante também revisitarmos a lugar de centralidade da escola. Por múltiplas questões a escola assumiu papéis sociais, que de alguma forma tiram o seu objetivo maior. Neste período atípico, voltar a olhar a escola a partir da construção de conhecimento, pode ser algo enriquecedor e necessário.

Outro aspecto a ser considerado na pós-crise são as relações profissionais dentro do espaço escolar, que se encontram em construção. Um clima profissional afetuoso não desqualifica ou diminui a importância de se pensar a escola como ambiente coletivo, construído a partir de outras tecnologias de aproximação.

Neste sentido, as relações entre família, escola e conhecimento são cada vez mais emergenciais. Tudo isto pode mostrar o quanto as relações afetivas não estão desarticuladas das profissionais. Diante da experiência vivida, momentaneamente, percebemos que novas relações estão sendo construídas, fortalecidas, modificadas, mas não extintas. E cada vez mais vemos fortalecido papel social da escola, assim como a importância da ciência enquanto construção vivenciada num ambiente educacional.

Certamente, isto servirá para o acolhimento das crianças e jovens no retorno à escola, na busca por aqueles que, eventualmente, tenham dificuldades em retornar e na vivência de novas rotinas que serão necessárias.

RUMO ÀS NOVAS POSSIBILIDADES EDUCACIONAIS

Diante do quadro emergencial, apresentado pelo Covid-19, deparamo-nos com a necessidade de contar ainda mais com a colaboração das famílias. Num contexto em que alguns dos responsáveis têm pouca formação escolar ou encontram-se fora dos bancos escolares há algum tempo, a falta de computadores, de internet, de pessoas que auxiliem na realização das tarefas escolares, tendo em vista que alguns familiares trabalham em serviços essenciais, neste cenário de pandemia, os educadores se veem diante de dificuldades reais.

Outro aspecto desse contexto refere-se às mães trabalhadoras que trazem, em sua maioria, as responsabilidades econômicas da casa e de educação escolar dos filhos, além do acúmulo das tarefas domésticas.

Além disso, há uma preocupação com a evasão escolar neste contexto de educação a distância, assim como quanto ao processo de acompanhamento aos estudantes pós-pandemia, considerando a necessária inclusão de garantia do direito de todos a uma educação de qualidade.

Certamente, também, não são poucos os desafios enfrentados pelos gestores da educação em tempos de pandemia, além dos professores e professoras, que estão sendo desafiados em áreas que não dominam.

Para além disto, pretendemos, com as reflexões postas, olhar as situações vivenciadas, avaliar o cenário dentro do que já é possível compreender e nos abrir para as novas possibilidades que estão se despontando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. BRASIL, Medida Provisória – Lei nº 934, de 1º de abril de 2020. Brasília: Secretaria- Geral – Subchefia para assuntos jurídicos.
- BEHRENS, Marilda Aparecida. Paradigma da complexidade: metodologia de projetos, contratos didáticos e portfólios. Petrópolis: Vozes, 2006.
- ESCUADERO, J. M. (2002). "Prólogo", In M. Fullan: Los nuevos significados del cambio en educación. Barcelona: Octaedro. (pp. 13-17)
- GADOTTI, M. História das Ideias Pedagógicas. São Paulo: Ática, 2003.
- GIMENO SACRISTAN, J. A educação obrigatória: seu sentido educativo e social. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1962.
- LIBÂNEO, José C. Didática. São Paulo: Cortez, 2013.
- NÓVOA, A. Plano de Formação Continuada Territorial – Aula Magna. Youtube, 14 de abril de 2020.